

8 Propostas para uma história da literatura

No intuito de apresentar a minha proposta para uma história da literatura, gostaria de reconstruir o caminho que percorri ao longo das páginas deste trabalho e comentar brevemente os conceitos apresentados em cada um dos seus capítulos.

Assim sendo, depois dos comentários iniciais nos quais apresentei minhas hipóteses e justificativas, delineei, no capítulo 2, um conceito sistêmico de literatura. Este conceito sugere uma dimensão ampla daquilo que entendemos como ação literária. Um novo modelo de historiografia literária que leve em consideração estes conceitos deve pautar a sua descrição nestas dimensões constitutivas do sistema literário.

Já no capítulo 3, sugeri que a história possa ser entendida como uma combinação de elementos (considerados históricos) de acordo com escolhas teóricas feitas por um observador. Sugeri também que ela deve ser avaliada como pertinente em relação aos pressupostos, aos interesses e ao conjunto de valores de seus pares que, interagindo numa comunidade (científica, literária, acadêmica), aceitam uma história (de literatura) como uma história válida.

Da mesma forma, no capítulo 4, sugeri, a partir da constituição do conceito de literatura como sistema, que uma obra literária é um conceito resultante de ações estruturadas no espaço de um sistema literário. Os elementos que fazem parte deste sistema, conseqüentemente, não se

restringem ao que tradicionalmente se entende como texto literário, mas a todas as ações que têm função sistêmica e que, percebidas como elementos do sistema literário, se relacionam entre si. Isso significa que todos os elementos que constituem o sistema literário (as pós-processuais, as ações pertencentes a outros sistemas e que têm alguma função no sistema literário, conceitos de cultura, descrições contextuais, as estruturas sociais e as instituições, entre outros) podem ser elementos do universo de uma história da literatura. Comentei também que os elementos que compõem uma historiografia literária são escolhidos não por critérios ontológicos e imanentistas que possam justificar a preferência por certos dados (comunicações literárias neste caso específico) em relação a outros, mas sim que esta decisão corresponde a uma ação seletiva fundamentada em critérios e posturas epistemológicas.

A opção por me afastar de considerações teleológicas também foi o fator que me fez construir o capítulo 5, no qual caracterizei o conceito de tempo como um lastro referencial na construção de modelos de relações (e de um modelo de mundo) do convívio humano. Para esta proposta, a importância de se desnaturalizar este conceito reside na minha intenção de sugerir a construção de uma história da literatura que se organize como um caminho de leitura que depende de decisões baseadas num conjunto de possibilidades e referências no ato de sua leitura. Isto se baseia na concepção de que a atividade histórica passa a ser não mais uma descrição de “coisas passadas”, mas uma construção balizada em elementos que apontam, num sistema social, para um conjunto de decisões interativas.

Ao focalizar a figura do ator social, o capítulo 6 trata da questão do seu papel, tanto como organizador do sentido no “contato” com o literário, como produtor do sentido histórico e como participante do sistema acadêmico e seu

papel como aquele que constrói pós-produções sobre esse sistema. Meu intuito era sugerir que a história da literatura encontra no espaço do sistema acadêmico (ou sistema de ensino) um status funcional. Esse status que se sustenta na sua concepção como narrativa interpretativa de uma “evolução” literária que se organiza a partir de atividades de pós-produção literária, o que reforça a idéia acima apresentada da história ser entendida como um elemento que sugere uma *participação multinível* no sistema (literário e acadêmico) balizada por decisões interativas. Meu modelo é pensado então como uma possibilidade de se entender esta postura ao propor, através de sua estrutura, a possibilidade do leitor realizar um ensaio deste processo, estimulando a produção de ações comunicativas.

Apresentei no capítulo 7 uma série de modelos que sugeriram, na sua maioria, a necessidade de revogar o poder explanatório das teorias teleológicas da literatura em favor do exame pragmático/empírico do fazer historiográfico. Apontando ora para alternativas de organização, ora para escolhas temáticas alternativas, as propostas que todas as possibilidades apresentadas são decisões orientadas por pressupostos e não representam parâmetros ontológicos. Em relação a este processo, também sugeri que, utilizando exemplos da historiografia brasileira, a produção de uma história da literatura pode prescindir da necessidade de se organizar a partir da possibilidade de dar uma *única* explicação sobre o modelo de mundo que sirva como amálgama para se entender o sistema literário. Estas escolhas são como acima apresentadas, apenas escolhas que se baseiam em processos de observação, de análise e decisões epistemológicas. Acredito também que a natureza construtiva de uma história da literatura deva ser parte das reflexões daqueles que a acessam. Ensaiar, durante o contato com o seu material, este processo de tomada de

decisões e escolhas seria uma alternativa viável para por em evidência a sua própria organização estrutural¹.

Partindo das posições teóricas e meta-teóricas acima, proponho então um modelo que possa ser entendido como um ambiente potencial de associações canônicas (no sentido apresentado anteriormente neste trabalho) que se organiza como uma rede de possibilidades de construção que se ativa a partir da participação do leitor. Isto significa construir uma “rede historiográfica” que inclua uma grande diversidade de dados (lingüísticos ou não), selecionados pelo historiógrafo, que tenham relação com o sistema literário e as referências consideradas relevantes neste sistema. Claro que para isso dados empíricos sobre o sistema literário e o sistema social devam estar à disposição do historiador na forma de investigações fundamentadas em processos empíricos. Além disso, se uma história da literatura é entendida como um ambiente potencial de associações canônicas numa rede de possibilidades de construção, ela pode ser pensada tanto como uma possibilidade de gerar um contato de primeiro grau (o do leitor que procura o texto literário para seu prazer e lazer) quanto uma oportunidade de se construir participações mais complexas (*participações multiníveis*).

Tendo então definido os conceitos fundamentais que orientam o meu pensamento em relação à historiografia da literatura, parto para a descrição do meu modelo de história da literatura.

¹ O conceito de níveis acionais, como sugerido por Barsch (2001) acima, sugere que diferentes conceitos de literatura coexistem no repertório dos atores sociais e que geram estratégias de ação também diferenciadas podem ser pensados como pertinentes nesta articulação.

8.1 Um modelo

Devido às posturas acima estabelecidas, a primeira questão que se apresenta na concepção deste modelo é a natureza do seu suporte. A intenção de buscar um afastamento da seqüencialidade narrativa como seu princípio organizador descarta imediatamente o livro impresso como a sua primeira alternativa. Além disso, uma mudança de suporte midiático sugere também uma mudança de condutas e pode modificar os parâmetros de construção das nossas esferas públicas e privadas (Schmidt, 1998, 173). Sugiro então pensar no suporte hipertextual como uma alternativa².

O hipertexto informatizado se organiza como uma rede de textos superpostos que permite ao leitor passar de um ponto a outro sem interromper o fluxo comunicativo. Esse recurso funcionaria como uma espécie de parêntese suspensivo e momentâneo, um modo de proceder em paralelo, que quebraria a ordem linear e seqüencial do discurso (Colombo, 1995,p. 240). Lévy (1993) define esse tipo de escritura (ou leitura) como um conjunto de nós ligados por conexões (esses podem ser palavras, gráficos, imagens ou seqüências sonoras), sendo que cada nó pode conter uma rede inteira de associações.

² O princípio do hipertexto foi tematizado muito antes da era da computação pessoal em 1945, pelo matemático e físico Vannevar Bush. Bush idealizou um dispositivo denominado *Memex* que funcionaria de maneira análoga a rede de associações mentais estabelecida no ato do pensamento e que teria como função mecanizar e classificar e a seleção de informação de forma que "um comando simples permitiria ao proprietário de um *Memex* criar ligações independentes de qualquer classificação hierárquica entre uma dada informação e uma outra" (Lévy, 1993). A proposta de Bush nunca se tornou realidade. Contudo, em 1963, Douglas Engelbart materializou o sistema inventado por Bush, através da criação de um programa computacional de ordenação denominado *Augment* (Machado, 1996).

A visualização mais comum do hipertexto é através de "janelas" dispostas na tela do computador ou de *links*, palavras-chaves ressaltadas no texto, que remetem a outros textos. A dimensão audiovisual também está presente no conceito de hipertexto, pois o hipertexto permite a vinculação de vários tipos de conteúdos em um espaço interativo de manipulação, de associação e de leitura.

O conceito de hipertexto como texto verbal e dinâmico em suporte informático permite derivar para o conceito de hiperídia: neste caso, à informação verbal vêm juntar-se a informação visual (imagem física e imagem em movimento) e a informação sonora, conjugando mensagens de diversos suportes, configurações e proveniências, orientando-se para uma economia informativa calculada e coerentemente integrada.

Escolhido então o seu suporte, esse modelo passa a se organizar como um espaço multimídia. O seu acesso, ou a abertura desse ambiente virtual, se dará através de uma tela de introdução. Esta tela servirá como uma página de acesso na qual ele poderá inserir um input digital contendo uma expressão semântica que será analisada pelo ambiente que retornará com alternativas (links para documentos em um banco de dados específico) que se aproximam da palavra digitada. Tal situação se fundamenta na dinâmica das ferramentas de busca de conteúdo, assim como as usadas no ambiente da internet. Uma ferramenta de busca é um conjunto organizado constituído de índices, bases de dados e algoritmos e que objetiva analisar e indexar esta base de dados e apresentá-los de acordo com um input lingüístico. Do ponto de vista do usuário, essas ferramentas possibilitam a localização de elementos que contêm um determinado assunto ou aborda um determinado aspecto de um assunto. Geralmente esse tipos de ferramentas acessam bancos de dados em busca de

elementos semânticos através (ou não) de operadores booleanos³, facilitando a consulta, especialmente no caso de bancos de dados extensos. No que diz respeito a estruturas em língua portuguesa, um sistema de pesquisa de buscas deve indexar diretamente documentos em formato especificados. Muito comum atualmente, um grande número de sistemas como este se apóia modelo vetorial, pois este tem sido reconhecido como a melhor alternativa para sistemas de indexação genéricos, isto é, não especializados em coleções temáticas, como, por exemplo, bases de dados de registros de bibliotecas. O modelo vetorial representa os documentos como vetores num espaço multidimensional, cujo tamanho equivale ao número total de palavras diferentes existentes na coleção que se pretende indexar. Os documentos são encontrados comparando os vetores representativos dos documentos com um vetor de pesquisa. A opção por este modelo permite-nos chegar rapidamente à resposta, ordenar os resultados da pesquisa por relevância e obter uma cobertura elevada⁴.

Nessa proposta, a busca inicial dá acesso ao banco de dados (banco de dados 1) no qual estão os textos que o historiógrafo considera, de acordo com suas escolhas e pressuposições, como textos literários. Isto significa que ele opera escolhas canônicas que determinam, baseados em vários fatores sistêmicos, aqueles textos que são considerados como tal. Alcançado este estágio, o leitor poderá, a partir das respostas que ele obtém na sua pesquisas,

³ George Boole foi um matemático inglês que viveu no século XIX. Ele criou um sistema de álgebra e foi um dos precursores da lógica moderna que permite que os sistemas computacionais “conduzam o seu raciocínio” utilizando algumas expressões simples e monossilábicas que ficaram conhecidas como operadores booleanos.

⁴ Para maiores esclarecimentos sobre sistemas vetoriais e ferramentas de busca consultar Frakes, William B.; Baeza-Yates, Ricardo; *Information Retrieval Data Structures & Algorithms*, Prentice Hall, 1992. Oard, Douglas W.; Dorr, Bonnie J.. *A Survey of Multilingual Text Retrieval*, University of Maryland, College Park, MD20742, April 1996. Rijsbergen, C. J. van. *Information Retrieval*, 2th Edition, 1979. (<http://www.dcs.gla.ac.uk/Keith>).

acessar um número de textos que combinem com os vetores representativos dos documentos. O banco de dados 1 poderá gerar vetores que sejam indicativos tanto de elementos constitutivos da estrutura lingüística do texto literário (uma palavra ou uma frase no texto) como também de vetores identificativos de autoria (Drummond, por exemplo). A partir de dos resultados vetorias, o leitor então acessará o texto pretendido a partir das respostas.

A estrutura virtual dos textos literários permite que se inclua *hiperlinks* no próprio texto. Assim, a partir do texto literário o leitor terá acesso a elementos do banco de dados 1 e do banco de dados 2. Este último é composto de textos e outros elementos que são ordenados pelo historiógrafo e que são conexões referenciais indiscriminadas. Estes elementos não são pós-processamentos literários diretos e nem apontam para elucidações interpretativas. As conexões realizadas a partir das estruturas de *hiperlinks* nos textos apontam para uma rede de materiais diversos: imagens, letras e partituras musicais, sons, matérias de jornais, mapas, peças de teatro, informações estatísticas, trechos de obras musicais, outros textos do banco 1, entre outros. Estas 'referências' criam uma rede entre este texto e outros textos (sentido amplo) dos bancos de dados 1 e 2 e criam referências sistêmicas. Esses *hiperlinks* criam uma referencialidade infinita no espaço do sistema virtual da obra, produzindo uma rede de possibilidades e combinações infinitas, que pode se estender de acordo com a orientações do leitor. Não há maiores demandas neste momento do contato com as obras e o leitor pode interromper seu caminho de leitura neste momento.

A estrutura deste modelo, porém, oferece como alternativa um outro caminho de leitura. Para segui-lo, o leitor deve realizar algumas ações que envolvem diretamente a produção de *textos-objetos*.

Esse caminho dá acesso ao banco de dados 3, que corresponde a uma coleção de material pós-processual, multi-autoral, representando a escolha do historiógrafo em relação a um cânone crítico-teórico que pode incluir várias orientações epistemológicas. Nesse banco, as tradicionais interpretações literárias conviverão com as leituras sistêmicas do fenômeno literário e com leituras formalistas, inclusive as do autor do modelo, organizado como um grande compêndio teórico. O leitor, porém, precisará construir um texto para poder ter acesso ao esse banco de dados. Assim, apenas com a inclusão de um determinado número de caracteres, o leitor será apresentado a uma nova seleção, baseada em vetores, assim como descrito acima. A expectativa é que este texto gerado seja representativo da experiência de leitura construída pelo leitor, seja na forma de pós-produções ou não.

O texto produzido pelo leitor passa automaticamente a fazer parte do banco de dados 3, que, assim como os outros, poderá ser constantemente atualizável. Assim com os ambientes anteriores, os textos do banco 3 apresentaram *hiperlinks* para os textos do seu próprio banco, criando mais uma vez uma rede de contato entre os seus elementos. O resultado também é uma relação infinita de *links* e a interface dá opção ao leitor de sair deste ambiente voltando para o início do programa.

Esta estrutura pressupõe um envolvimento diferenciado daquele vivenciado tradicionalmente pelo leitor de historiografias literárias. Primeiro a sensação de completude e de grande narrativa se esvai frente à infinita possibilidade de relações criadas pelo ambiente virtual. Além disso, a ordenação dos argumentos e dos elementos que são considerados pertinentes para o desenvolvimento de uma leitura “profissional” ou “acadêmica” é uma função do leitor, a partir das sugestões referenciais da obra. Obviamente o caráter subjetivo

das escolhas do banco de dados gerados pelo historiógrafo proporcionará um leque epistemológico específico e será sustentado por suas escolhas epistemológicas, de acordo com as propostas anteriormente apresentadas, sem é claro ser sugerida uma total abstinência do caráter particular e subjetivo e autoral da obra. Isso sugere que todos os princípios teóricos e meta-teóricos da sua construção sejam tematizados na própria obra, na forma de uma introdução e em textos que façam parte do banco de dados 3⁵.

Como dito anteriormente, uma historiografia como está não representa um conteúdo explicativo pré-organizado, pois conta com a escolha randômica a partir das referências do próprio leitor, tornando o aceso ao banco de dados uma escolha baseada em estratégias subjetivas de interferência numa série vetorial. Isso significa dizer que uma leitura pode ser completamente diferente da outra, pois poderá gerar conexões totalmente diferentes derivadas das escolhas seletivas do próprio leitor. À medida que o ambiente virtual for atualizado com as contribuições dos leitores (e possivelmente, caso a obra possa funcionar como uma estrutura aberta em rede computacional via internet ou no ambiente de um laboratório pedagógico, por exemplo) e com a possibilidade de expansão dos bancos de dados (o programa permitirá que os bancos de dados sejam acrescidos de novas contribuições à medida que o próprio sistema literário se expanda através dos produtos e resultados das ações realizadas pelos atores sociais no sistema) a obra pode ser percebida como uma fonte inesgotável de possibilidades. Isso gera um ambiente vivo e constantemente mutável, que se divorcia da perspectiva de organização de uma história da cultura, além de superar os limites de uma síntese da história literária como fator fundamental para a sua organização. Isso sem tentar também revelar a “totalidade” dos

⁵ Ver Fluxograma representativo do processo de leitura nesse ambiente virtual nos anexos

produtos de um sistema literário, já que a sua autoria se baseia na idéia de cânone como um conceito instrumental impossível de ser superado pela natureza sempre limitada de qualquer projeto historiográfico.

A preocupação maior deste modelo é com a experiência do leitor, sendo esta o fator preponderante para a criação de laços e vínculos significativos na construção daquilo que ele entende como referências literárias. A idéia de “intertextualidade” passaria então a ser entendida como uma relação do leitor e não do texto.

8.2 Conseqüências

O modelo acima esboçado sugere um redimensionamento de algumas questões apresentadas ao longo deste trabalho.

Uma delas é a descrição da ação literária como uma atividade complexa num sistema literário e que envolve um conjunto de articulações, de horizontes de expectativas, *constraints* esquemáticos, estruturas subjacentes e relações de análise e gosto, onde as indicações e referências possuem um papel de articulação de estruturas conceituais. Uma historiografia que tem como objetivo participar do processo de formação de leitores deve então se estruturar no caminho inverso da tradição historiográfica, ou seja, fazer com que o aluno trave contato com o texto literário e contribua através de sua inclusão crítica no debate sobre a obra, para que depois a “coleção de textos sobre a obra” seja estudada.

A divisão em períodos e escolas, por exemplo, como fundamento para o ensino da literatura torna-se então um recurso dispensável, já que não prescinde

de nenhum valor neste tipo de percepção, a não ser num momento no qual o leitor se preocupa com a construção de um repertório sobre a tradição crítica, e não sobre a obra literária em si.

Este pressuposto, porém, instaura-se apenas a partir de uma percepção do instrumento historiográfico circunscrito ao espaço da formação do leitor no sentido do leitor “acadêmico” “escolar”, já tematizado na distinção entre “ler literatura” e “ler para literatura” e no conceito de *participação multinível*. Além da fronteira deste espaço, esta postura não tem o mínimo sentido. Essa necessidade interpretativa não é evidente além das esferas do espaço do ensino escolar e acadêmico, referendando-se apenas na necessidade de construção de um conhecimento específico baseado no treinamento de capacidade de manipulação lingüística e de exercícios de abstração. Não quero dizer que este processo tenha suas funções diminuída ou rejeitada, mas aponto para sua função específica num espaço sistêmico. Nesta proposta historiográfica, a perspectiva interpretativista e narrativa encontra-se num lugar secundário, que deve ser usada como um elemento de interligações e referências e não como substrato histórico determinante de sua organização. O perigo desta proposta seria, talvez, esbarrar numa postura enciclopédica, que visaria muito mais a reunião de um recorte selecionado através de critérios específicos. No intuito de ir além desta perspectiva, a constituição física tradicional das historiografias como livro é abandonada em nome de uma organização virtual possibilitada pelo avanço tecnológico computacional.

Esta estrutura aponta também para a possibilidade de convivência com processos midiáticos atuais que modificaram as possibilidades de construção da esfera pública e privada no último século, acentuando a percepção de contextos de eventos complexos e acelerados. O efeito mais relevante dessa

transformação é a constante tomada de consciência dos processos de observação (especialmente da observação de segunda ordem) e tematização das sociedades, que obriga a substituir identidade pela diferença e torna os atores sociais cada vez mais conectados a consciência de nossas experiências de contingência (Schmidt 1998:173).

Em outras palavras, ela nos obriga a assumir que não vivemos em uma única realidade, mas em uma multiplicidade de realidades diversas. Contra visões alarmistas que deploram a substituição do suposto face-a-face pela interface e o apagamento das fronteiras de diferentes tipos de experiências - real, fictício ou simulado-em função da alegada dificuldade de distinguir entre o mundo vivencial e o ciberespaço, o autor oferece o seguinte argumento: "Por enquanto tenho certeza de que são os nossos próprios corpos que determinam os limites entre essas diferentes experiências" (174). Segundo Schmidt, o que importa de verdade são os tipos de realidade que construiremos, mesmo que estes consistam em virtualidades. A tarefa significativa do intelectual deveria traduzir-se, nesta perspectiva, pela diminuição do medo que os indivíduos sentem diante da experiência de contingência e relatividade e pela capacidade do intelectual de tornar plausíveis as conseqüências humanizantes, libertadoras de uma observação de segunda ordem, que representa, também, uma abertura para possibilidades, tolerância e criatividade (Olinto, 2002. p.48).

Neste sentido, esse modelo historiográfico não espera que o leitor seja guiado pela necessidade de encontrar elementos no sistema literário para compreender o contexto real da produção ou da relação entre a obra literária e seu tempo. Ele precisará, ao contrário, inventar contextos para construir possíveis sentidos.

Muito embora este tipo de proposta, que subjaz à própria estrutura dos hipertextos, tenha sofrido várias críticas, pois pode sugerir um fluxo constante de fragmentos que emergem e desaparecem sem articulações duráveis, o que posso realmente notar é que ela desestabiliza paradigmas e contextos simbólicos estabelecidos e naturalizados na sociedade.

Um destes é a questão da linearidade e os padrões de estruturação textuais. Segundo Olinto (2002, p. 51)

Em configurações hipertextuais, torna-se difícil ou impossível definir essas marcas, porque inexistem palavras iniciais ou terminais em sentido tradicional, e qualquer texto pode transformar-se em multiplicidades. Hipertextos não definem inícios e fins e tampouco outras fronteiras. Inseridos numa rede de outros textos, eles libertam a literatura da idéia da obra como objeto absoluto e fechado. Nesta ótica, o hipertexto traduz de modo radical a materialidade da noção de obra aberta que funda a possibilidade de experimentação ilimitada, ensaiada timidamente, na visão de hoje, pelos exemplos antes referidos. As conexões eletrônicas alteram também profundamente as experiências estéticas de um texto ao modificarem as relações temporais e espaciais com outros textos. Nesta nova condição, todos os textos passam a ter caráter mutante e o leitor, despojado de regras fixas, circula livremente e desenha caminhos possíveis, adaptáveis a vontades e a necessidades próprias e, freqüentemente, acidentais. Trata-se de situações inaugurais que modificam ainda os relacionamentos convencionais entre autor e leitor. O hipertexto faculta ao leitor, ativo a transformação permanente de textos, o que de certo modo enfraquece a importância da própria instância autoral.

Um outro, e talvez o mais importante, é a natureza de todo pensamento sobre a literatura, que não pode mais ser encarado como um processo que descreve a realidade literária, mas sim como um processo de construção e de reflexão sobre possibilidades de tematização partilhadas por atores sociais num determinado sistema de ações comunicativas.